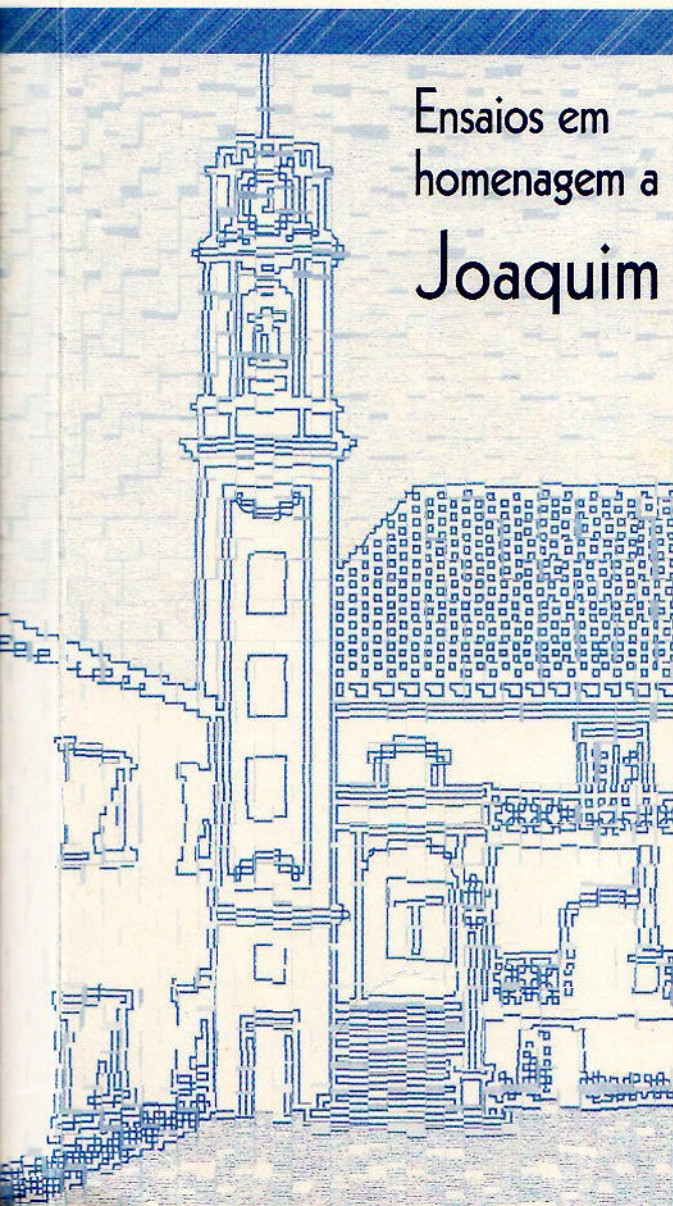


Meireles-Coelho, Carlos (1998). **Para uma leitura da obra do Prof. Joaquim Ferreira Gomes**. *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, p. 25-58. Coimbra: Universidade de Coimbra, FPCE, NAIE. ISBN: 972-8318-46-4.

Ensaios em
homenagem a

Joaquim Ferreira Gomes



Para o Prof. Carlos Meireles Coelho,
este livro que também é seu,
fervece o

Joaquim Ferreira Gomes
Coimbra,
22 de Setembro de 1998.

Para uma leitura da obra do Prof. Joaquim Ferreira Gomes

Carlos Meireles-Coelho

Departamento de Ciências da Educação
Universidade de Aveiro

“A Universidade de Coimbra, que venho servindo dedicadamente e a tempo inteiro desde há três décadas, tem sido um dos grandes amores da minha vida. • Servi-a, primeiro, na docência e na investigação, na Faculdade de Letras, onde fiz toda a minha carreira académica, desde ‘caloiro’ até professor catedrático. Servi-a, depois, e sirvo-a ainda, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, que ajudei a criar e a cuja direção tenho presidido desde a sua criação. • A esta Faculdade, aos seus alunos, aos seus assistentes, aos seus professores, aos seus funcionários e até ao seu magnífico edifício renascentista, tenho dado, com entusiasmo e até com prazer e alegria, o melhor de mim mesmo. Esforcei-me por que a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação não fosse apenas mais uma Faculdade da Universidade de Coimbra, mas fosse sobretudo uma Faculdade nova, no seu espírito e na sua atuação. Reconheço, no entanto, que nem sempre terei conseguido ver realizado esse objetivo. • Porque a velha, (e, para mim, sempre jovem) Alma Mater Conimbrigenis foi e é um dos grandes amores da minha vida, além de a servir, dedicadamente, como docente e gestor, consagrei longos anos de investigação à sua rica História que, em muitos aspectos, se funde com a História de Portugal.” — Começa assim o Prefácio dos *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, que o Prof. Joaquim Ferreira Gomes publicou em janeiro de 1991, quando tinha 62 anos de idade. Em 1998 celebra-se a sua jubilação. A Universidade de Coimbra está de parabéns por ter (tido) um tal professor. A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Universidade de Coimbra tem o mais pioneiro de entre os pioneiros das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação em Portugal. O Prof. Joaquim Ferreira Gomes ficará, com certeza, na história como um dos mais ilustres fundadores da História da Educação em Portugal e particularmente ligado à sua tão querida “velha e sempre jovem” Universidade de Coimbra.

*
* *

Joaquim Ferreira Gomes nasceu a 18 de outubro de 1928 na freguesia do Olival, concelho de Vila Nova de Gaia; o 3.º de seis irmãos, cinco rapazes e uma rapariga; fez os estudos primários na Escola Primária do Olival e os estudos secundários em Braga; completou o Curso Teológico no Seminário de Coimbra, após o que foi convidado para estudar em Roma, onde se licenciou em Filosofia na Universidade Gregoriana em 1953 com 24 anos; foi professor de Filosofia no Seminário de Coimbra e obteve a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1960; foi 2.º assistente de 1961 a 1965 e fez o doutoramento em Filosofia na Universidade de Coimbra em 1965, passando a 1.º assistente; em 1970 passou a professor auxiliar e fez as provas de agregação, passando a professor agregado; em março de 1974 fez o concurso e passou a professor catedrático da Secção de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; foi o presidente da Comissão Instaladora do Curso Superior de Psicologia da Universidade de Coimbra (1977-1981); contribuiu decisivamente para a criação das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto (1979-11-09) e para a instalação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra no Colégio Universitário renascentista da Sapiência ou Colégio Novo de Santo Agostinho; foi o primeiro professor catedrático decano (desde 1983), o primeiro presidente do Conselho Científico (1981-1983) e o primeiro presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (1981-1991).

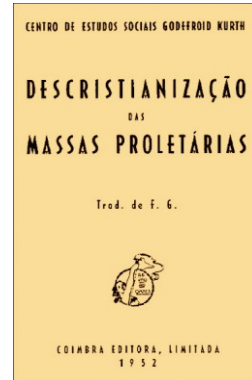
Com apenas 20 anos (em 1949), durante o Curso Teológico em Coimbra, traduziu dois livros com ardor: *Juventude e sacerdócio* (1949) de Gustave Thils (1909-2000) e Jean Laloup (1916-1990), um livro que organiza o ideal sublimado de um jovem com quem se identifica; e *Aprende a ser homem* (1951) de Jean Le Presbytre (1879-1970), que constituiu o referencial de valores que lhe serviram de roteiro interior na luta da vida. Termina assim o Prólogo deste livro: “Há jovens que acalentam nobres



Juventude e sacerdócio (1949)



Aprende a ser homem (1951)

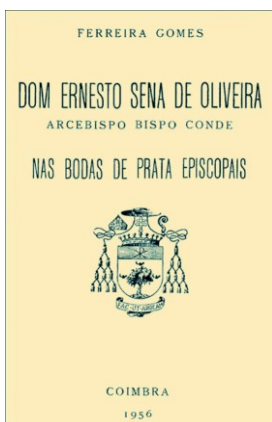


Descristianização das massas proletárias (1952)

aspirações, sonham ideais sublimes, ardem em anseios de se darem, de realizarem uma obra grande, muito grande, mas porque não têm ninguém que secunde os seus entusiasmos, ninguém que viva com eles os seus próprios problemas, se vêem, de um momento para o outro, no alto mar, à deriva, sem remos nem velas, aguardando a hora trágica do naufrágio! Tantas aspirações, tantos anseios, tantos sonhos desfeitos como pétalas murchas desfolhadas sobre o esquife frio da desilusão, só porque não houve ninguém que os guiasse para o verdadeiro Caminho... • Sou jovem ainda, mas senti já pulsações doridas de corações a sangrar; vi monturos de farrapos a servirem de alma, e corpos... que já não eram corpos... simplesmente porque não houve ninguém que carinhosamente se debruçasse sobre eles e lhes mostrasse o mundo imenso onde, com proveito e nobreza, poderiam despender a infinidade de virtualidades que um coração moço encerra. • Este livro quer ser esse alguém. Que ele derrame uma gota de bálsamo sobre as feridas dos que tiveram a infelicidade de cair e a todos ajude a vencer, com entusiasmo e alegria, na luta ardorosa da vida. • Coimbra, 1949 – *J. Ferreira Gomes*.” — No ano em que foi estudar para Roma, com 22 anos, escreveu na revista *Estudos* (fasc. IV, ano XXIX, 1951, Coimbra) o artigo “Retorno a S. Tomás”, que deixa ver a influência de Jacques Maritain (1882-1973) sobre este jovem, e no ano seguinte traduziu *Descristianização das massas proletárias* (1952) do Centro de Estudos Sociais Godefroid Kurth (1948). Diante da perda crescente do sentido do sagrado, neste tempo, procura encontrar o caminho para o mundo novo que desponta; a tradução deste livro revela essa sua preocupação.

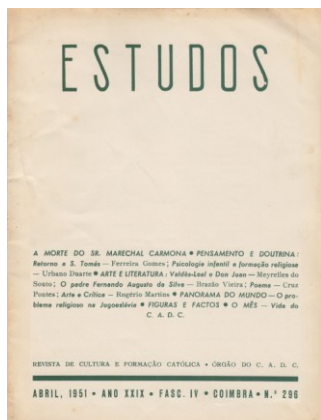
Escreveu o seu primeiro livro, aos 27 anos, homenageando o bispo de Coimbra, “*Dom Ernesto Sena de Oliveira, arcebispo bispo conde: nas bodas de prata episcopais*”. No Prefácio dessa obra, o bispo auxiliar de Coimbra,

D. Manuel de Jesus Pereira, considera o Rev. Dr. Ferreira Gomes como “um novo cheio de valor”, o que deixa antever que se lhe adivinhava um largo voo. Efetivamente, deixou aí marcados os horizontes para o seu tempo: “Não é, por isso, em vão que se celebra um aniversário ou se prestam homenagens dentro de um espírito humano e cristão que sabe associar os preceitos da razão às verdades da fé e compreender bem as exigências psicológicas do coração... A cultura eclesiástica mereceu-Lhe cuidados especiais, sendo muitos os sacerdotes a quem facilitou a formação superior em Universidades portuguesas e estrangeiras... (p. 30) Fugazes não são as datas que o Espírito informa e a Fé ilumina. A alegria no tempo torna-se voto para a eternidade... (p. 50)”

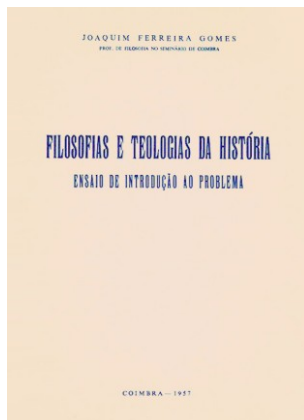


Dom Ernesto Sena de Oliveira, arcebispo bispo conde: nas bodas de prata episcopais (1956)

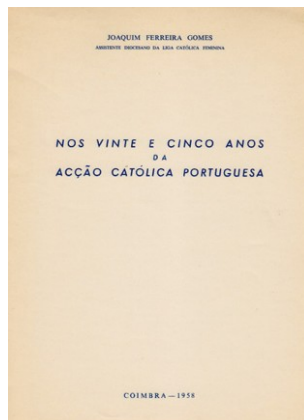
Continuou a escrever na revista *Estudos*: “Filosofias e Teologias da História: ensaio de introdução ao problema” (fasc. X, ano XXXV, 1957) e “Nos vinte e cinco anos da Ação Católica Portuguesa” (fasc. VIII, ano XXXVI, 1958).



Retorno a S. Tomás (1951)



revista *Estudos* (1957)



revista *Estudos* (1958)

O primeiro ensaio sobre teoria(s) da História que fez em 1957 e a posição pessoal que então assumiu diante do “problema da história” estão a mais de 40 anos de distância. É sempre interessante ver um jovem de 28 anos perguntar-se se a história tem um sentido, se “será possível uma visão metafísica da história, uma *Filosofia* ou uma *Teologia* da História, ou teremos de contentar-nos com uma história empírica, fenomenológica, mera descrição de factos e nexos, sem juízos de valor?” Este artigo merecia ser (re)publicado tal qual como foi escrito a primeira vez, e poderia ser ainda mais apreciado se fosse acompanhado por um novo artigo do Autor, agora mais vivido, sobre o mesmo tema.

Naquele tempo era também assistente diocesano da Ação Católica Feminina, tendo um contacto permanente com mulheres. A experiência que teve das mulheres que amou, a sua mãe e a sua irmã, levou-o a procurar explicitar o ideal de mulher que em si se fora desenvolvendo e traduziu dois livros, que correspondiam a esse ideal.



A mulher na Igreja (1957)

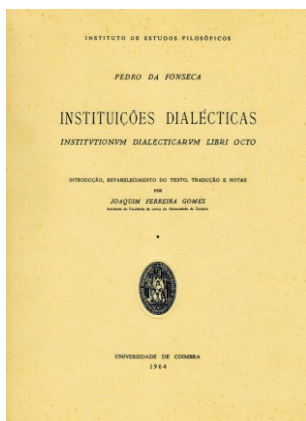


A mulher eterna (1959)

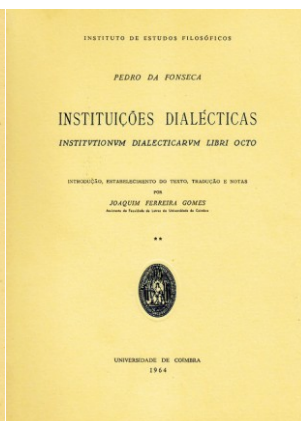
No Prefácio de *A mulher na Igreja* (1957) de Franz Xaver Arnold (1898-1969), foca o essencial desta obra: o falso monopólio do homem diante da bipolaridade do homem e da mulher; a visão cristã da dignidade da mulher como ser humano e como pessoa, de encontro às de todas as outras religiões e culturas; a condição da mulher no Catolicismo; o lugar que compete (ou devia competir) às pessoas casadas na Igreja. No Prólogo de *A mulher eterna: a mulher no tempo, a mulher fora do tempo* (1959) de Gertrud von Le Fort (1876-1971), um livro, que traduziu com o mesmo lirismo metafísico da Autora, escreve: “Ontologicamente igual ao homem, a mulher é chamada a desempenhar uma missão especificamente distinta da dele. Só realizando a sua vocação específica, a mulher contribuirá para a *harmonia* do mundo. Para ser verdadeiramente eficaz, a sua presença no mundo ao lado do homem tem de re-

vestir uma tonalidade própria. Só assim será a *companheira* de que todo o homem tem necessidade para se não sentir um *solitário*, na sua peregrinação para Deus. • Ninguém como Gertrud von Le Fort analisou tão profundamente o ser feminino nem traçou com tanta segurança as linhas mestras da vocação específica da Mulher. Aqui reside o valor invulgar desta obra. Com efeito, antes da determinação dos fazeres femininos, impõe-se a sua fundamentação, o conhecimento do ser da mulher. • Traduzindo este livro, cremos pô-lo ao alcance da mulher portuguesa, e de modo especial das filhas da Ação Católica, uma autêntica *Metafísica do feminismo*. Possa ele contribuir para radicar mais profundamente em todas o sentido da sua grandiosa missão de “metade da realidade humana.” Os ideais de Mulher são sublimados na forma mais relacional, ficando a ecoar aquela: “*companheira* de que todo o homem tem necessidade para se não sentir um *solitário*, na sua peregrinação para Deus.”

Entretanto, durante o curso de Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1956-1960, dos 27 aos 31 anos), foi escrevendo na *Revista Portuguesa de Filosofia* (Braga) sobre os dois jesuítas que ensinaram Teologia na Universidade de Coimbra: “O Padre Cristóvão, S. J. (séc. XVI) e a originalidade do seu argumento da “imutabilidade” divina” (tomo XV, 1959, fasc. 1) e “A imutabilidade moral de Deus em Francisco Suárez (1549-1617) e em Cristóvão Gil (1555-1608)” (tomo XVI, 1960, fasc. 4). Estes dois artigos poderiam enriquecer os *Estudos para a História da Universidade de Coimbra* (1991), em futura edição, contribuindo para o estudo do currículo do curso de Teologia da Universidade de Coimbra no séc. XVI e as suas relações com a Universidade de Évora.



Instituições dialécticas (1964)



Isagoge filosófica (1965)

Mas o seu primeiro trabalho de fundo, começado em 1958 e publicado

em 1964 com a tradução integral do original em latim, foi a preparação da tese de licenciatura sobre as *Instituições Dialécticas* (1564) de Pedro da Fonseca (1528-1599), jesuíta, professor no Colégio das Artes em Coimbra e de teologia na Universidade de Évora. “Pedro da Fonseca não é apenas o maior filósofo escolástico português. É também o filósofo lusitano que gozou de maior projeção no estrangeiro.” (Introdução, p. LXV). “Foi, portanto, muito grande, no passado, a influência da obra do filósofo de Proença-a-Nova. Reeditando as *Instituições Dialécticas*, precisamente quatrocentos anos após a publicação da primeira edição, fazemo-lo com a consciência plena de que, ainda hoje, o Livro de Pedro da Fonseca constitui uma norma segura da “Arte de Pensar”. ” (Introdução, p. LXVI).

A *Isagoge filosófica*, publicada em 1965, constitui a sequência da tradução e do estudo sobre as *Instituições Dialécticas*: “A *Isagoge Filosófica* de Pedro da Fonseca, embora nitidamente decalcada no opúsculo de Porfírio, apresenta uma estrutura um pouco diferente. Depois de um Prefácio e de um Proémio, em que apresenta o motivo que o levou a escrever a obra, seguem-se seis capítulos em que, tomando, “quanto possível, de Aristóteles, todos os elementos”, e aproveitando toda a especulação teológica e filosófica medieval, se espraia em considerações sobre o conceito de universal e suas várias acepções, o conceito de particular, a abstração dos universais a partir dos singulares, as relações entre os universais e os particulares, e a dupla unidade das coisas universais. Esta parte não se encontra em Porfírio. • Vêm depois cinco capítulos sobre cada um dos cinco predicáveis. Fonseca não se limita a reproduzir Porfírio, mas a influência deste é nítida, o que o próprio Fonseca confessa. Aliás, essa influência é já manifesta no Livro II das *Instituições Dialécticas*, onde essas questões são tratadas já, embora mais sumariamente. • O último capítulo — que é talvez a única parte da obra com certa originalidade — não se encontra em Porfírio, o que constituiu até um dos motivos que levou Fonseca a escrever a sua *Isagoge*. Trata de algumas espécies de universais desconhecidas dos filósofos pagãos, e que são relativas à natureza teândrica de Cristo. • Pedro da Fonseca omite conscientemente as questões que Porfírio trata na segunda parte do seu opúsculo, por as considerar “inúteis ou superficiais”. Note-se que também a *Dialéctica* “conimbricense”, atrás referida, apenas comenta o Prólogo e a primeira parte da *Isagoge* de Porfírio, quase se limitando a transcrever o texto da segunda parte. • Um dos objetivos do filósofo jesuíta português, ao escrever a *Isagoge Filosófica*, foi procurar que “fosse banido, das escolas de filosofia cristã, o livro do pérfido desertor da fé cristã”. Embora o não tenha conseguido senão parcialmente, certo é que, ainda hoje, os estudiosos da filosofia encontrarão no livrinho do “Aristóte-

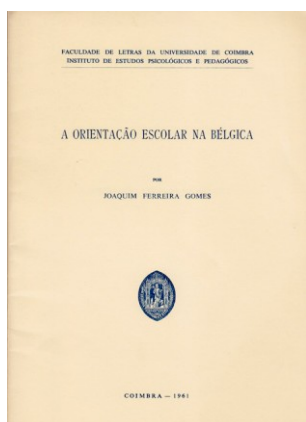
les Português” matéria de reflexão sobre alguns dos temas da Filosofia perene.” (p. XVII a XIX).



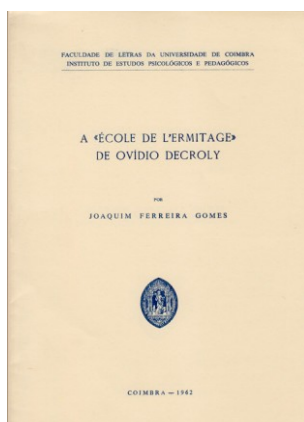
A criança e o jogo (1961)

Quando era 2.º assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, traduziu *A criança e o jogo* (1961) de Jean Château (1908-1990), obra que foca a dimensão lúdica da vida humana como uma coordenada essencial na educação de cada criança e na existência de cada humano.

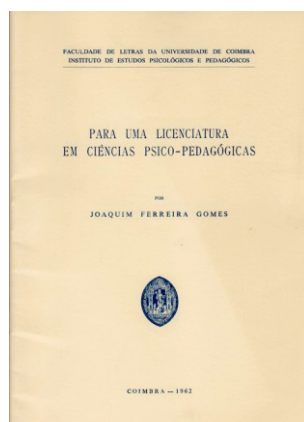
Na recém-criada *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Universidade de Coimbra) escreveu dois artigos, relatando uma visita de estudo à Bélgica em “A orientação escolar na Bélgica” (ano II, 1961, n.º 2) e uma outra visita de estudo à escola fundada por Decroly em “A “École de l’Ermitage” de Ovídio Decroly” (ano III, 1962, n.º 1).



Rev. Port. Pedagogia (1961,2)



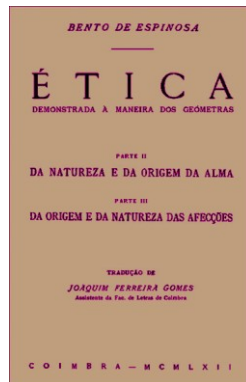
Rev. Port. Pedagogia (1962,1)



Rev. Port. Pedagogia (1962,1)

O terceiro artigo “Para uma licenciatura em Ciências Psicopedagógicas” (ano III, 1962, n.º 1) pode ser considerado o primeiro passo para o lançamento dos cursos universitários de psicologia e de ciências da educação

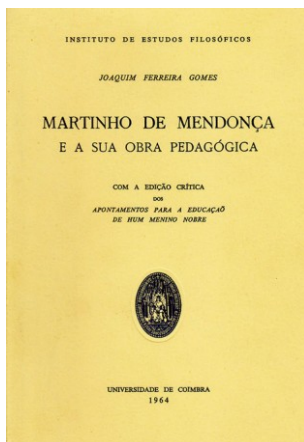
em Portugal. O Reitor da Universidade de Coimbra, na abertura solene das aulas do ano letivo de 1962-63 referiu-se a este artigo do seguinte modo: “Os problemas relacionados com a organização de tal licenciatura — desde o regime de estudos ao recrutamento de professores e às possibilidades de emprego dos respectivos diplomados — encontram-se hoje, aliás, estudados em toda a sua minúcia, num trabalho consagrado ao assunto pelo assistente Dr. Ferreira Gomes, podendo dizer-se que nada mais falta senão tornar realidade tão urgente quão justa aspiração da nossa Faculdade de Letras.” Estava assim oficializada a posição da Universidade de Coimbra, que o Prof. Joaquim Ferreira Gomes propôs e viria a tornar realidade. O assistente de então chegou a professor catedrático da Faculdade de Letras / Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos e, como tal, concretizou a criação do “Curso Superior de Psicologia” e depois da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. O discurso proferido na inauguração solene do edifício restaurado, que está publicado nos *Estudos para a História da Universidade de Coimbra* (X, p. 139-159), refere esta história, mas nesses *Estudos* não está coligido este artigo “histórico”, aqui apresentado a partir da Separata. O Prof. Joaquim Ferreira Gomes representa assim a transformação, por dentro, da sua “velha e sempre jovem” Universidade de Coimbra.



Ética de Bento de Espinosa (1962)

Em 1962 traduziu a *Ética demonstrada à maneira dos géómetras* (Livro II) *Parte II: Da natureza e da origem da alma. Parte III: Da origem e da natureza das afeções* de Bento Espinosa (1632-1677), holandês, filho de pais judeus portugueses, que usa o método racionalista geométrico de Descartes (1596-1650) para analisar as relações da Alma humana com Deus e com o Corpo humano, num panteísmo em que o supremo bem consiste na libertação das afeções (ou paixões) da Alma e na identificação com Deus, que

“é uma coisa pensante”, sendo a Alma “determinada a querer isto ou aquilo por uma causa que também é determinada por outra e essa outra, por sua vez, por outra, e assim até ao infinito” e considerando “as ações e os apetites humanos como se tratasse de linhas, de superfícies ou de volumes”. O Prof. Joaquim Ferreira Gomes vai ao mais profundo do racionalismo panteísta de Espinosa e traduz o que encontrou.



Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica, (1964)

A sua Dissertação de Doutoramento em Filosofia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica — com a edição crítica dos “Apontamentos para a educação de hum menino nobre”* é uma referência indispensável para a história da educação em Portugal e na Europa no séc. XVIII, fazendo também a recolha de toda a literatura pedagógica portuguesa até essa altura. Escreve no Prefácio (p. 1-2): “No argumento da presente Dissertação, ressaltam três aspectos: uma investigação *histórica*, na qual, baseados em documentos em boa parte inéditos, intentámos reconstituir a biografia de Martinho de Mendonça; uma digressão *filosófica*, em que ele nos surge bem a par das ideias que então agitavam a Europa; e um *estudo pedagógico*, sem dúvida o mais significativo destes três aspectos, em que inventariámos a literatura para a educação de príncipes, situámos Mendonça perante os principais pedagogos do seu tempo, não só estrangeiros como nacionais, e em que, sobretudo através das notas crítico-bibliográficas ao texto dos ‘Apontamentos’, abordámos alguns dos temas permanentes da pedagogia de todos os tempos. • Embora materialmente distintos, estes três aspectos constituem formalmente um conjunto unitário, não só porque se integram na obra de um mesmo pensador, mas ainda porque nos revelam o espírito cultural de uma época. • Com esta Dissertação, cremos ter reivindicado para a figura de Martinho de Mendonça o lugar de relevo a que tem jus, e haver coligido

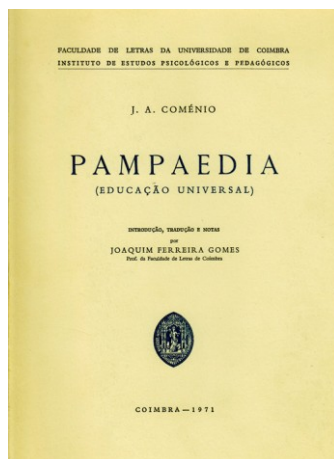
valiosos elementos para um dos mais notáveis capítulos da História da Educação em Portugal, ainda por escrever no seu conjunto.” A obra divide-se em seis capítulos: — I. Esboço biobibliográfico (p. 3-90); — II. Literatura para a educação de príncipes e nobres anterior à publicação dos “Apontamentos” (1734) (p. 91-130); — III. Martinho de Mendonça e John Locke (p. 131-147); — IV. A influência de Fénelon e de Rollin nos “Apontamentos” (p. 149-161); — V. As ideias pedagógicas de Martinho de Mendonça: a educação física, a educação moral e a educação intelectual (p. 163-185); — VI. Vernei, Ribeiro Sanches e os “Apontamentos”. A seguir apresenta o texto integral “*Apontamentos para a educação de hum menino nobre*” (p. 197-385) e 179 notas crítico-bibliográficas (p. 197-385) para melhor contextualização e compreensão do texto (p. 387-439). E termina com a Bibliografia sobre Martinho de Mendonça (p. 441-445) e os índices remissivo (p. 447-469) e geral (p. 471-472). Esta obra representa ainda o que era o paradigma de uma tese de doutoramento na década de 60 na Universidade de Coimbra.

A partir do doutoramento (1965), a sua atividade científica desenvolveu-se cada vez mais predominantemente no domínio das “ciências psicopedagógicas”, sendo as obras de Coménio, que considera seu “irmão gémeo”, um dos seus mais queridos e privilegiados campos de investigação. Traduziu em 1966 a *Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*, antecedendo-a de uma introdução, que revela a grandeza e a afinidade entre os dois, tanto de Coménio como do seu “irmão gémeo” por adopção. O Prof. Joaquim Ferreira Gomes mostra aí ser, no nosso tempo, uma personalidade magnânima “à Coménio”, como vão aparecendo algumas de vez em quando, que compreendem a sublimidade do que é (ou deve ser) a educação para todos. Depois de traçar, com profunda simpatia, um esboço comoventemente dramático da biobibliografia de Coménio, pode ler-se na Introdução: “...dirige um veemente apelo à paz e à tolerância, garantidas por meio de instituições internacionais, pelo que é justamente considerado precursor do atual movimento ecuménico, da Sociedade das Nações, da ONU, da UNESCO e do “Bureau International d’Éducation”. Efetivamente, preconiza uma reforma universal da sociedade humana através dos seguintes meios: — 1. unificação do saber e sua propagação, graças a um sistema escolar aperfeiçoado, sob a direção de uma academia internacional; — 2. coordenação política, sob a direção de instituições internacionais tendentes a assegurar a manutenção da paz; — 3. reconciliação das Igrejas, sob a égide de um cristianismo tolerante.” (p. 27) “...a *Didáctica Magna*, que agora apresentamos em versão portuguesa, é, sem dúvida, o primeiro tratado sistemático de pedagogia, de didática e

até de sociologia escolar. Como que compendiando todo o ideário pedagógico de Comênio, foi sobretudo ela que lhe mereceu ser considerado o “Bacon da pedagogia” e o “Galileu da educação”. É seu objetivo mostrar como é possível ‘ensinar tudo a todos’...” (p. 33) “...Apesar dos inevitáveis defeitos de uma obra escrita há mais de três séculos, o certo é que, escrevendo-a, Comênio contribuiu decisivamente para a criação de uma ciência da educação, como disciplina autónoma, pelo que é justamente considerado o pai da pedagogia moderna” (p. 41).



Didáctica Magna (1966)



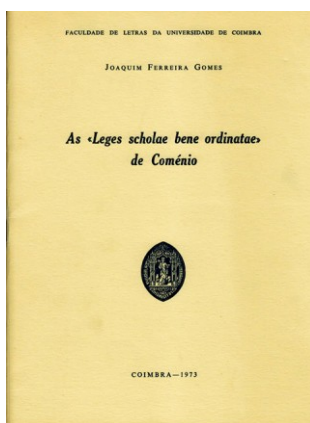
Pampaedia (1971)

Em 1971, traduziu a *Pampaedia (Educação universal)* de Comênio, que, como escreve na Introdução, “...pode ser considerada “a principal obra pedagógica” de Comênio, a sua “última palavra de educador da humanidade”. Preconizando a educação de *todos* e ao longo de *toda a vida* (“*tota vita schola est*”!) como factor primeiro da “*emendatio rerum humanarum*”, embora escrita em meados do século XVII, a *Pampaedia*, “em muitos pontos, e não marginais, merece ainda hoje a atenção daqueles que se interessam pela educação”. Porque nos parece que ela é portadora de uma mensagem, válida ainda na e para a nossa época, publicamo-la agora em língua portuguesa...” (p.28-29).

A *Didáctica Magna* e a *Pampaedia* são duas obras essenciais de Comênio, patrono dos educadores europeus, que o Prof. Joaquim Ferreira Gomes, ao traduzir, possibilitou que os professores de língua portuguesa pudessem ter como referência permanente na sua estante.

Em 1973, publicou na *Biblos* (vol. XLI, 1973) um resumo das “*Leges scholae bene ordinatae*”, o estudo n.º 5 dos *Dez estudos pedagógicos*.

Dado o seu interesse, é de esperar que o Prof. Joaquim Ferreira Gomes venha a traduzir o texto integral das “*Leges scholae bene ordinatae*”.



As «Leges scholae bene ordinatae» de Comênio (1973)

Em 1967, foi a Genebra fazer uma recolha da “Bibliografia sobre pedagogia comparada” (*O Instituto*, vol. CXXIX, Coimbra) e descobriu o *Esboço de uma obra sobre a Pedagogia Comparada* de Marc-Antoine Jullien de Paris, que traduziu e a que fez uma Introdução adequada.



Esboço de uma obra sobre a Pedagogia comparada (de Marc-Antoine Jullien), 1967

Nos anos de 1968 e 1969, aos 40 anos de idade, o Prof. Joaquim Ferreira Gomes chegara ao topo da sua formação, sendo professor no Seminário de Coimbra e, simultaneamente, na Universidade de Coimbra. As utopias da década de 60 estavam no auge; na Igreja Católica, o Concílio Ecuménico Vaticano II (1962-1965) abanara todas as estruturas. Nessa altura, escreveu, na noite da véspera do Corpo de Deus, o livro central da sua vida *O padre num mundo em transformação*, onde mostra que soube ler no passado da Igreja Católica as perspectivas para o seu futuro e preconiza, como samaritano (Luc. X, 30-35), uma nova forma ‘dessacralizada e desclericalizada’ de viver o seu ideal de ‘homem-para-os-homens’ e ‘homem-para-Deus’: “Um sacerdote inteiramente despido do espírito

de “funcionário” e de “notável”, um sacerdote realmente crente na mensagem evangélica e na salvação trazida por Cristo, um sacerdote profundamente inserido na vida da Comunidade e realmente desejoso da sua promoção humana e divina, um sacerdote sem “mistérios” na sua vida, mas de que toda a Comunidade conhecesse o salário, a fé, a honestidade e simplicidade da vida familiar, um sacerdote em cuja vida não houvesse “situações falsas”, um sacerdote sem conflitos interiores provocados pelo “querer” e “não poder” de uma sexualidade reprimida, um sacerdote “desclericalizado” e “desmitizado” poderia falar francamente, olhos nos olhos, à juventude da sua Comunidade, pregar-lhe um Cristianismo que não fosse a negação do homem mas a superação do homem, e despertar nessa juventude sentimentos de doação.” (p. 45-46). Em Apêndice junta 17 temas que enviou em 31-08-1959, como proposta, para serem discutidos no Concílio Ecuménico Vaticano II (11-10-1962—08-12-1965) e, pouco antes de começar o Vaticano II, enviou em 25-05-1962 a todos os bispos do mundo, excepto aos portugueses, uma carta em latim a pedir a revisão da situação do celibato dos sacerdotes católicos. O papa Paulo VI encerrou o assunto com a encíclica *Sacerdotalis celibatus* em 1967.

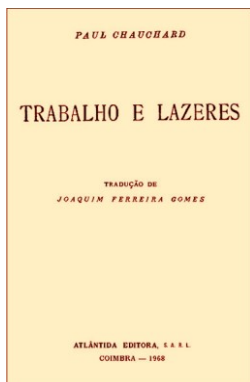


O padre num mundo em transformação (1968)

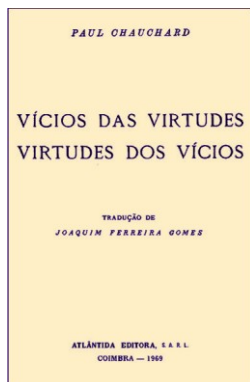
Em 16-04-1969, pediu a “redução ao estado laical” e em dezembro foi-lhe comunicado que chegara a autorização de Roma. No ano seguinte, casou, na igreja românica de Cedofeita, no Porto, com a Dra. *Laurinda da Silva Leitão Ferreira Gomes*, licenciada em matemática. No ano seguinte, nasceu a filha *Cristina Maria* e dois anos depois, o filho *António Júlio*, presentes nas dedicatórias e nas capas dos seus livros.

Em outubro de 1969, foi demitido da função pública, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 25317, de 13-05-1935, por ter revelado “espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política” e por não dar “ga-

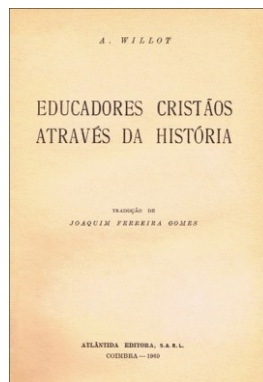
rantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado...” Entretanto interpôs recurso para o Conselho de Ministros, que lhe deu provimento, tendo ficado essa demissão sem efeito.



Trabalho e lazeres (1968)

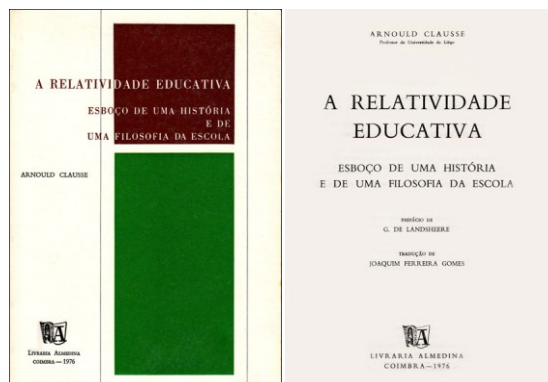


Vícios das virtudes, virtudes dos vícios (1969)



Educadores cristãos através da história (1969)

A pedido da Livraria Atlântida, traduziu três livros de grande interesse educativo, sendo dois de Paul Chauchard (1912-2003), um seguidor das ideias de Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955), *Trabalho e lazeres* (1968) e *Vícios das virtudes, virtudes dos vícios* (1969), e o terceiro, de Armand Willot, *Educadores cristãos através da história* (1969).

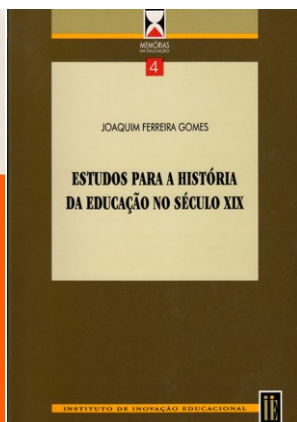
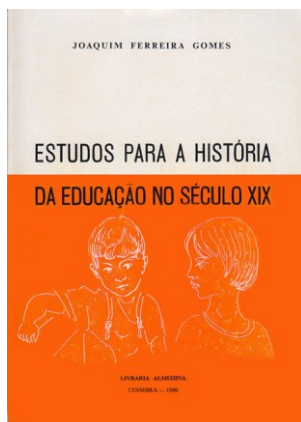
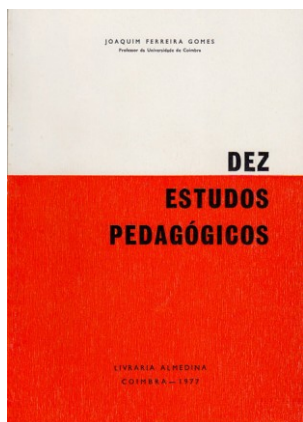


A relatividade educativa: esboço de uma história e de uma filosofia da escola (1976)

Em 1973, foi convidado pelo ministro da Educação Nacional, Prof. *Veiga Simão*, para participar no “Seminário de Sesimbra”, Seminário da Páscoa (de 5 a 20 de abril), tendo, no final, sido o primeiro subscritor da *Carta dirigida ao Ministro da Educação Nacional Prof. Dr. Veiga Simão pelos Doutores Joaquim Ferreira Gomes, J. H. Ferreira Marques, Maria Irene Leite da Costa, J. P. Ferreira da Silva, João Evangelista Loureiro e Maria José Miranda*, sugerindo: 1) plano de estudos das primeiras Escolas Normais Superiores

no respeitante às Ciências da Educação; 2) alteração do plano de estudos do 4.º ano, ramo educacional, da Faculdade de Ciências; 3) criação de uma licenciatura em Psicologia e de uma licenciatura em Pedagogia ou Ciências da Educação.

Em 1976, traduziu *A relatividade educativa: esboço de uma história e de uma filosofia da escola* de Arnould Clauseuse (1905-1991), uma obra de referência, enquanto não for escrita uma História da Educação em Portugal.



Dez estudos pedagógicos (1977) *Estudos para a história da educação no século XIX* (1980, 1995)

Em 1977, o Prof. Joaquim Ferreira Gomes publicou os *Dez estudos pedagógicos*, com alguns dos seus artigos. Este livro marca uma nova estratégia de publicação: à medida que vai publicando os seus inúmeros artigos com análises de grande rigor, vai compilando tematicamente alguns desses artigos em livro. “Reúnem-se neste volume dez estudos pedagógicos, inicialmente publicados, com excepção de um, que saiu na *Brotéria*, em duas Revistas universitárias, o que determinou a sua parca difusão.” (Preâmbulo, p. 9) Os artigos então seleccionados foram: — 1. A estrutura da inteligência e a criatividade: as investigações de J. P. Guilford - lição do concurso para professor catedrático (*Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XIX, 1975). • 2. Apontamentos sobre a concepção marxista de “educação politécnica” (*Biblos*, vol. LI, 1975). • 3. Para quê o Serviço Cívico Estudantil? (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano IX, 1975). • 4. Alguns aspectos atuais da “Didáctica Magna” de Coménio (Coimbra, 1970). • 5. As “Leges scholae bene ordinatae” de Coménio (*Biblos*, vol. XLI, 1973). • 6. Acerca de J. F. Herbart e da sua “Pedagogia Geral” (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano VIII, 1974). • 7. O “Education Act” de 1944 e a educação secundária para todos na Inglaterra (*Brotéria*, 1968, vol. LXXXVII, n.º 11). • 8. O ensino secundário “renovado” na Bélgica (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano VII, 1973). • 9. A reforma pombalina da Universidade (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano VI, 1972). •

10. Apontamentos para a história da formação psicopedagógica dos professores do ensino secundário (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano VIII, 1974).

E, em 1980, publicou os *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Almedina, 1980 (1.^a ed.); Lisboa: IIE, 1996 (2.^a ed.). Aí são reunidos seis artigos: — 1. Escolas normais para habilitação de professores primários criadas no séc. XIX (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XIII, 1979). • 2. Escolas industriais e comerciais criadas no séc. XIX (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XII, 1978). • 3. Dois museus industriais e comerciais criados no séc. XIX (*Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, 1976). • 4. Escolas agrícolas e de veterinária criadas no séc. XIX. (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XIV, 1980). • 5. A primeira tentativa de pedagogia experimental em Portugal? (*Biblos*, vol. LVI, 1980). • 6. Uma proposta de lei para a criação de “escolas novas” apresentada no Parlamento da 1.^a República (*Biblos*, vol. LV, 1979). — No Prefácio desta obra pode compreender-se a razão de ser do novo método de publicação; é que ainda não estavam reunidas as condições para “escrever a História da Educação em Portugal”: “Apesar de algumas tentativas, mais ou menos conseguidas, de descrever uma visão de conjunto, apesar da publicação de algumas valiosas monografias e apesar da publicação de úteis antologias de textos pedagógicos, nomeadamente respeitantes ao século XIX, está ainda por escrever a *História da Educação em Portugal*. • Os nossos historiadores têm-se mostrado mais sensibilizados para os problemas da história política e, ultimamente, para os problemas da história económica e social e, mais recentemente ainda, para os problemas da história das ideias e das instituições que propriamente para os problemas da história da educação. Talvez porque a História da Educação (até há pouco, educação e crianças andavam sempre juntas...) lhes tem aparecido como uma “disciplina menor”, não muito merecedora de aprofundadas investigações... • A História da Educação deve ocupar-se fundamentalmente de três grandes problemas: as ideias e os ideais educativos; os métodos e as técnicas educativas; e, finalmente, as instituições educativas. Estes três problemas não podem ser abordados independentemente uns dos outros, pois fazem parte de um todo só metodologicamente cindível. Além disso, não podem ser estudados sem serem constantemente confrontados com as estruturas económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas em que surgiram. Com efeito, como escreveu Émile Durkheim, os sistemas de educação “dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado da indústria, etc.” e tornar-se-iam incompreensíveis se fossem desligados de todas essas causas históricas. Cada tipo de sociedade tem o seu sistema educativo, com os seus valores e os seus ideais, com os seus

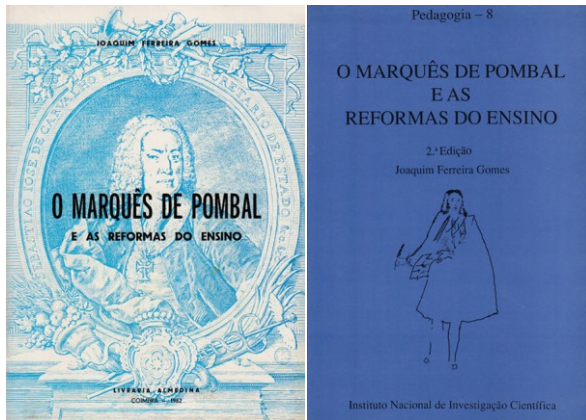
objetivos, explícitos ou implícitos, com os seus programas e respectivos conteúdos, para a concretização dos quais cria as instituições e utiliza os métodos e as técnicas que considera mais adequadas. Tudo está intimamente interligado, tudo depende de tudo. • Os Estudos sobre algumas instituições educativas do século XIX, que se reúnem no presente volume (mesmo quando, num ou noutro caso, se ultrapassam os limites cronológicos oitocentistas, é ainda do século XIX que se trata...), são meros apontamentos que não pretendem ser mais que uma modesta achega para uma futura elaboração da História da Educação em Portugal.” (p. 5-6)



A educação infantil em Portugal (1977, 1986)

Em 1977, publicou *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1977 (1.^a ed.); Coimbra: INIC (Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra), 1986 (2.^a ed.). Esta obra é composta por 3 partes: — 1. Achegas para a história da educação infantil em Portugal (*Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XI, 1977). • 2. Um projeto de “escola infantil” elaborado por um pedagogo português nos fins do século XIX (*Biblos*, vol. LIV, 1978). • 3. Algumas reações em torno da “Cartilha Maternal” de João de Deus (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano X, 1976). — O Prefácio é uma delícia de utopia realista que deve ser toda a educação: “Só haverá verdadeiramente **democracia** no nosso País, quando todos os portugueses tiverem real possibilidade de acesso a todas as escolas — desde o Jardim Infantil à Universidade da terceira idade. Estar longe deste ideal é estar longe da democracia. Com efeito, para o ser de verdade, a democracia não pode limitar-se a uma democracia política — que, aliás, ainda não temos, nem teremos enquanto, por motivos ideológicos, houver portugueses (ainda que seja um só...) fulminados por “incapacidades cívicas”... —, mas tem de ser também uma democracia económica, social e cultural. E só teremos uma democracia cultural quando *todos* os portugueses tiverem efetivo acesso à cultura, quando a

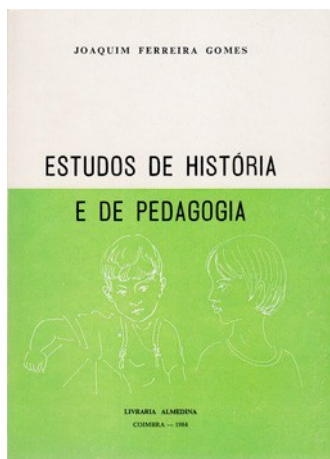
todos estiverem realmente abertas *todas* as escolas. • Uma democracia destas não se decreta. Constrói-se construindo uma economia sólida. • No final da primeira parte deste livro, avanço uma hipótese que me parece explicativa e que permite “compreender” porque é que, apesar da abundante legislação produzida ao longo de um século, ainda não tivemos, nem temos (nem teremos tão cedo) “escola” infantil para todas as crianças: não há escola sem σχολη (lazer) para todos e não há σχολη (lazer) para todos senão numa economia de abundância. • Se não queremos ficar em meras promessas demagógicas e queremos efetivamente proporcionar educação infantil a todas as crianças, desenvolvamos economicamente o País. Não há outra via.” (p. 9-10).



O marquês de Pombal e as reformas do ensino (1982, 1989)

Em 1982 publicou *O marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Almedina, 1982 (1.^a ed.); Coimbra: INIC, 1989 (2.^a ed.). Esta obra é composta por 3 partes: — 1. O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial (*Revista de História das Ideias*, vol. IV, 1982, Coimbra). • 2. Duas listas de professores: uma elaborada pelo governo do Marquês de Pombal e outra pelo de D. Maria I (*Revista de História das Ideias*, vol. IV, 1982, Coimbra). • 3. Pombal e a reforma da Universidade (*Brotéria*, vol. 114, 1982, 5-6, maio-junho, Lisboa). — No conciso Prefácio desta obra, à semelhança dos outros prefácios, mostra a importância do Marquês de Pombal e dos três estudos aqui apresentados: “Dois séculos após a sua morte, o Marquês de Pombal continua a ser uma figura extremamente controversa, considerando-o uns um tirano e considerando-o outros o mais lúcido reformador da nossa História, enquanto outros ainda o consideram um tirano que foi, simultaneamente, um grande reformador. O que, em geral, não oferece dúvidas é que os 27 anos do seu governo (1750-1777), preparados pela sua missão em Londres e pela sua missão em Viena, foram

assinalados por algumas reformas de tal modo ousadas que o seu vinco ainda se não apagou. • Entre essas reformas está (na sequência do terramoto) a reconstrução de Lisboa; a criação de um ambiente de “ordem pública” de que encarregou a Intendência-Geral da Polícia, que instituiu; o fortalecimento do poder do Estado operado pelo cerceamento do poder da nobreza (de que foi situação-limite a execução do Duque de Aveiro e dos Távoras, após a tentativa de regicídio) e pela limitação do poder do clero (de que o caso-limite foi a expulsão dos jesuítas); o enfraquecimento do poder do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (embora, um pouco paradoxalmente, ao menos na aparência, tivesse determinado que se lhe desse prerrogativa de “Majestade”...); a abolição da distinção entre “cristãos-novos” e “cristãos-velhos”; a reforma do sistema económico e financeiro; a política de fomento comercial e industrial; a reorganização do exército; a intensificação e melhor coordenação das relações entre o Reino e o Ultramar; a abolição da escravatura no que concerne aos índios do Brasil; e, finalmente, — *the last, but not the least* —, as reformas do ensino. • Executor, entre nós, de alguns ideais do Iluminismo, o Marquês de Pombal, adiantando-se, nesse domínio, a quase todas as nações da Europa, criou um sistema de ensino estatal e laico, sistema que integrava aquilo que hoje designamos por ensino primário, por ensino secundário (clássico e profissional) e por ensino universitário.”



Estudos de história e de pedagogia (1984)



Novos estudos de história e de pedagogia (1986)

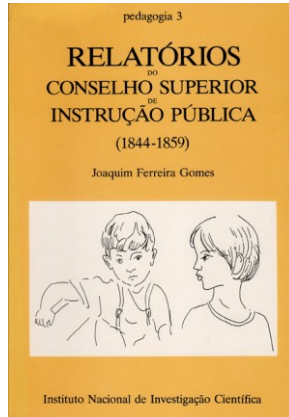
Em 1984, publicou os *Estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Almedina. — 1. Da Diretoria-Geral dos Estudos ao Ministério da Educação (*Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XVIII, 1984). • 2. Do Colégio das Artes ao Liceu de Coimbra (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XVII, 1983). • 3. Achegas para a história da Escola Brotero de Coimbra nos sete primeiros anos da sua existência (1884-1891) (*Biblos*, vol. LIX, 1983). • 4. Um bisneto

de Marquês de Pombal promotor da instrução primária (*Biblos*, vol. LVII, 1981). • 5. A. Faria de Vasconcelos (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XIV, 1980). • 6. Da necessidade do ensino técnico profissional (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XVI, 1982). • 7. Aspectos do sistema educativo da República Federal da Alemanha (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XVI, 1982). • 8. A formação profissional no sistema educativo francês (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XVII, 1983). — Como sempre, revela no Prefácio o sentido da obra: “Os cinco primeiros artigos justificam a parte do título designada por *Estudos de História* e a que, talvez, para maior precisão, devesse dar-se a designação de *Estudos de História da Educação em Portugal*. Com esses Estudos, propusemo-nos prosseguir, modestamente, o trabalho, encetado há umas três décadas, em ordem a contribuir para tornar possível a elaboração futura de uma História das Instituições Educativas Portuguesas. • Os três últimos artigos justificam a parte do título designada por *Estudos da Pedagogia*. Foi nosso principal propósito, ao escrever esses Estudos, chamar, uma vez mais, a atenção para a necessidade de reintroduzir, no nosso sistema educativo, o ensino técnico-profissional. Foi fundamentalmente com esse objetivo que apresentámos os sistemas educativos de dois dos Países da Europa mais avançados, cultural e tecnologicamente. É convicção nossa, com efeito, que os sistemas educativos desses dois Países poderão, de alguma maneira e em alguns aspectos, servir de paradigmas para a reforma do nosso sistema educativo. Efetivamente, apesar das reformas e das reforminhas de que tem sido objeto, o nosso sistema educativo precisa de uma grande reforma, até porque um sistema educativo é algo *semper reformandum*, ou seja, algo nunca “reformado” e sempre “a reformar”. • As fadigas da elaboração destes Estudos não terão sido de todo inúteis se a sua leitura despertar algum eventual leitor para a investigação das origens e da evolução das nossas instituições pedagógicas ou se der qualquer pequenina sugestão aos responsáveis pela melhoria do nosso sistema educativo.” (p. 5-6).

Em 1986, publicou *Novos estudos de história e de pedagogia*. Coimbra: Almedina, 1986. — 1. Os vários Estatutos por que se regeu a Universidade Portuguesa ao longo da sua história (*Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XX, 1986). • 2. Dois Projetos de Lei do século XIX para a criação de Cursos ou Faculdades de Letras (*Biblos*, vol. LX, 1984). • 3. O direito à educação nas Constituições Portuguesas (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XVIII, 1984). • 4. A introdução e o prolongamento da obrigatoriedade escolar em Portugal (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XIX, 1985). • 5. Um relatório de Cândido de Figueiredo sobre escolas primárias do distrito de Coimbra (*Biblos*, vol. LXII, 1986). • 6. Novas achegas para a história da educação in-

fantil (*Brotéria*, vol. 119, 1984, n.º 6). • 7. Acerca da **democracia** e da democratização do ensino (*Revista de História das Ideias*, n.º 8, 1986). • 8. Aponatamento sobre a organização e a promoção da investigação científica na República Federal da Alemanha (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XIX, 1985). • 9. Aspectos do sistema educativo de Espanha (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XX, 1986). — Podemos ler no seu Prefácio: “Juntam-se, neste volume, nove *Estudos* publicados, de 1984 a 1986, em várias Revistas, como a “Biblos”, a “Brotéria”, a “Revista de História das Ideias” e a “Revista Portuguesa de Pedagogia”. • De 1977 até ao presente, juntando artigos publicados em várias Revistas, dei ao público seis volumes. Todos eles se ocupam dos mesmos temas: a *História da Educação* e a *Pedagogia* — os dois temas fundamentais que, ao longo de quase três décadas, têm preenchido o meu magistério universitário. • Os primeiros seis *Estudos* do presente volume ocupam-se de alguns aspectos da História da Educação do nosso País, desde as instituições de educação infantil até à Universidade. São seis monografias que, assim o creio, algum contributo poderão dar para que se torne mais fácil escrever a *História da Educação em Portugal*, obra de síntese que ainda não foi escrita e que se impõe escrever. • Os três últimos *Estudos* ocupam-se de *Pedagogia*, no sentido mais amplo que esta palavra pode comportar. • Um desses *Estudos* expõe aquilo que julgo ser os pressupostos indispensáveis para que seja possível a democracia e a democratização do ensino. Ao escrevê-lo (e, antes disso, ao expor o seu conteúdo a sucessivas gerações de alunos), foi minha intenção chamar a atenção para uma verdade comezinha, mas muitas vezes esquecida ou até ignorada: não é com ideologias nem com “slogans” que se constrói a democracia e se proporciona a todos real igualdade de oportunidades educativas. • Os dois últimos *Estudos* ocupam-se de alguns aspectos da organização da investigação científica e de alguns aspectos do sistema educativo de dois países nossos parceiros na Comunidade Económica Europeia. Neste momento em que nos integramos na Comunidade, parece-me que não será de todo inútil saber o que por lá se passa no domínio da investigação científica e no domínio da educação.” (p. 5-6).

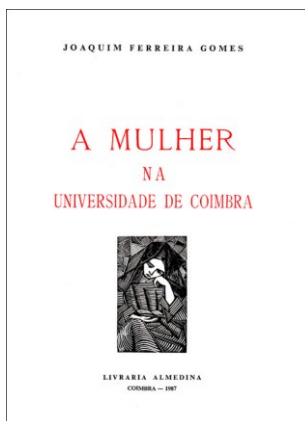
Em 1985, publicou *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*. Coimbra: INIC. 303 p. — Começa assim a Introdução: “No momento em que, em meados do século XVIII, criou um sistema de ensino público, o Marquês de Pombal criou também um Departamento estatal, com o objetivo de fomentar, organizar, dirigir, administrar e inspeccionar o ensino. • As funções cometidas, em 1759, ao *Diretor dos Estudos*, foram posteriormente confiadas à *Real Mesa Censória* (1771-1787), ao *Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros* (1787-1794),



Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859), 1985

à *Junta da Diretoria-Geral dos Estudos e Escolas do Reino* (criada em 1794, mas nomeada somente em 1799), ao *Conselho Superior de Instrução Pública* (1835), de duração efêmera, ao *Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e Secundário* (1836-1843) e, de 1844 a 1859, ao *Conselho Superior de Instrução Pública*. • A Diretoria-Geral dos Estudos, a Real Mesa Censória, o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros e o Conselho Superior de Instrução Pública criado em 1835 tinham a sua sede em Lisboa, onde estava o Governo, ao passo que a Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, o Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e Secundário e o Conselho Superior de Instrução Pública, criado em 1844, tinham a sua sede em Coimbra, junto da Universidade. • Se até 1834 não foi grande a contestação quanto ao facto de o órgão diretor e inspetor do ensino se encontrar sediado junto da Universidade, já o mesmo se não verifica a partir daquela data, em que se torna muito forte o movimento que pretende arrancar da tutela da velha Academia o privilégio e a responsabilidade da condução da vida escolar do País. Não é este o momento para escrever a história desse movimento contestatário, história que, aliás, já esboçamos em outro lugar (ver Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1984, p. 7-39). • Na presente publicação, propomo-nos, muito simplesmente, publicar os *Relatórios* do Conselho Superior de Instrução Pública, órgão que teve a responsabilidade do ensino durante 15 anos — de 1844 a 1859...” (p. 9-10).

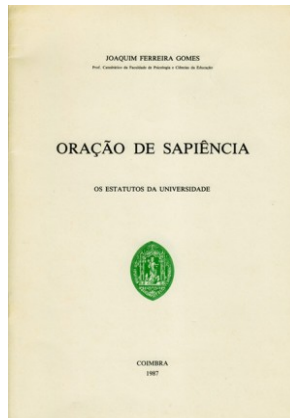
Em 1987, publicou *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Almedina. — A Dedicatória dá-nos o mais profundo sentido do livro, que redimensiona o antigo ideal de Mulher: “À minha filha Cristina Maria, com votos de que venha a realizar o seu sonho de ser uma Mulher na



A mulher na Universidade de Coimbra (1987)

Universidade de Coimbra.” O Prefácio explicita o sentido do livro: “Em 1892, foi publicado, postumamente, o livro de D. António da Costa de Sousa Macedo *A Mulher em Portugal*, onde aquele bisneto do Marquês de Pombal esboça o perfil de algumas mulheres portuguesas que, ao longo da nossa História, se notabilizaram nas letras, nas artes e em outros domínios, e onde, além disso, aborda alguns aspectos da condição feminina nos finais do século XIX. Aquela obra é, porventura, a primeira tentativa, com algum significado, feita, no nosso País, para escrever uma História da Mulher. • Sobretudo na última década, a investigação histórica sobre a mulher vai ganhando foros de cidadania científica, estando-se-lhe a dedicar historiadores de reconhecido mérito, em consagradas Instituições de investigação científica, incluída a Universidade. • Se a Universidade se está a abrir à história da Mulher, não deixa de ter interesse procurar saber quando é que a Universidade abriu as suas portas à Mulher e, ainda, interrogarmo-nos acerca das eventuais consequências dessa abertura. • Foi em 1891 que a Universidade de Coimbra, pela primeira vez na sua multicentenária história, abriu as portas das suas salas de aula a uma mulher. Hoje, passado menos de um século, as mulheres constituem já a maioria do seu corpo docente e avançam afoitamente no caminho de alcançar a igualdade no seu corpo docente. Que será daqui a cem anos? Daqui a cinquenta anos? Continuará a verificar-se esse aumento, que poderá atingir números cada vez mais expressivos? E que consequências culturais, psicológicas, sociais ou políticas daí advirão? São perguntas a que, de momento, não podemos responder, como é óbvio. O que podemos apresentar, para já, são alguns “dados” que nos parecem de certa utilidade. • São muito modestas as ambições do presente livro. Ele não pretende sequer ser um livro de História e, muito menos, um livro de Sociologia — duas ciências

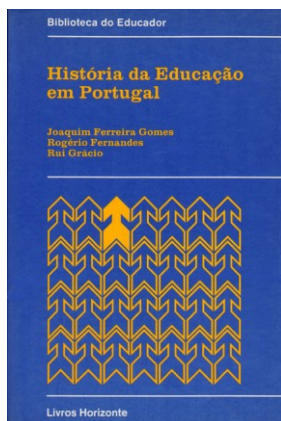
que devem andar sempre de mãos dadas, quando se tratar de escrever uma História da Mulher e, muito especialmente, uma História da Mulher na Universidade. • Ao publicar estas páginas, pretendo apenas apresentar alguns “dados” de que os historiadores e os sociólogos farão o devido “tratamento” — pretensão que espero possa, muito em breve, começar a ser concretizada. • Considero da maior conveniência que o levantamento de dados, agora feito para a Universidade de Coimbra, seja feito também, no que diz respeito ao período anterior a 1911, para a Escola Politécnica de Lisboa, para a Academia Politécnica do Porto, para as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto e para o Curso Superior de Letras de Lisboa, e, no que diz respeito ao período posterior a 1911, para as Universidades de Lisboa e do Porto e até para as Universidades de criação mais recente. Assim, os historiadores e os sociólogos disporiam de dados mais abundantes que lhes permitiriam fazer, inclusivamente, estudos comparativos, que são sempre de interesse, neste como em outros domínios. • Apraz-me concluir este breve Prefácio informando que o presente livro se insere no âmbito de um conjunto de estudos que me propus publicar para assinalar o 450.º aniversário da transferência definitiva da Universidade para Coimbra e o 7.º centenário da velha *Alma Mater*, de que me honro de ser filho. Com esse objetivo, preparei um grosso volume — cujo conteúdo é de indiscutível interesse para a história da Universidade no século XVII ...” (p. 7-8).



Oração de Sapiência: os Estatutos da Universidade (1987)

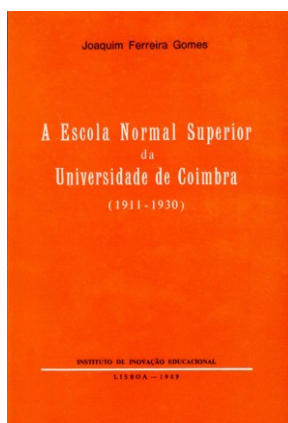
Em 1987, publicou *Oração de Sapiência: os Estatutos da Universidade*. Coimbra. — Depois de se dirigir às altas individualidades presentes, começa: “Como Decano da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, cabe-me o encargo e a honra de, nesta sessão solene, proferir a *Oração de*

Sapiência. • É a segunda vez que subo a esta cátedra. E será a última. • Estudioso, desde há quase três décadas, da história das Instituições Educativas Portuguesas e tendo em conta que a primeira dessas Instituições, a Universidade, completa, no presente lustro, sete séculos de existência, achei que, nesta *Oração*, devia ocupar-me de algum aspecto da sua história. • Ainda hoje os historiadores não estão de acordo quanto à data da criação da Universidade Portuguesa. (...) • Não é minha intenção, neste momento, entrar na discussão deste problema, mas apenas percorrer os vários Estatutos por que a Universidade se regeu, desde a sua origem até aos nossos dias, uma vez que os Estatutos de uma Instituição são uma rica fonte documental para o conhecimento da sua história.” (p. 3-4). E, fazendo uma sucinta, magnânima e empolgante história (dos estatutos) da Universidade (de Coimbra), termina: “Foi um autêntico atrevimento da minha parte pretender, nesta *Oração*, percorrer apressadamente sete séculos de história. Talvez tivesse sido mais avisado anunciar as comemorações do sétimo centenário desta Academia, não olhando para o seu passado, mas tentando esboçar o perfil da Universidade do ano 2000. Não me faltarão, porém, assim o espero, ocasiões para o fazer.” (p. 30).



História da educação em Portugal (1988)

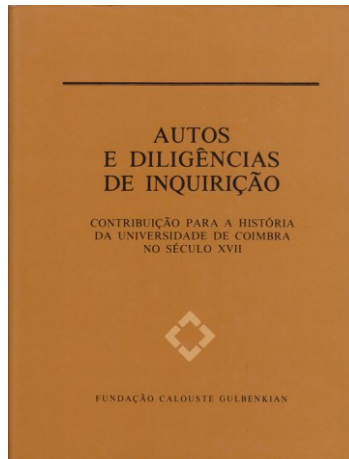
Em 1988, foi publicada, em colaboração com Rogério Fernandes e Rui Grácio, *História da educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte. O capítulo da autoria do Prof. Joaquim Ferreira Gomes é a comunicação que apresentou no I Encontro de História da Educação em Portugal, em Outubro de 1987: “Situação atual da História da Educação em Portugal” (*Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXII, 1988). A leitura desta comunicação é indispensável para o conhecimento e a compreensão da “História do ensino da História da Educação em Portugal” e “Estudos de História da Educação publicados na década de 80”.



A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930), 1989

Em 1989, publicou *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*. Lisboa: IIE. — Pode ler-se no Prefácio: “Nunca, como nos nossos dias, se falou tanto em formação de professores no nosso País. Há Universidades onde se têm apresentado Teses de Mestrado e de Doutoramento sobre esse assunto, havendo mesmo uma ou outra que ministra um curso sobre *Teorias e Modelos de Formação de Professores*. • Na evolução da formação psicopedagógica dos agentes de ensino e, mais especificamente, dos professores do ensino secundário, destacam-se, em Portugal, nitidamente, quatro grandes momentos: o *Curso de Habilitação para o Magistério Secundário*, durante os primeiros quinze anos do nosso século; as *Escolas Normais Superiores*, criadas em 1911 e que funcionaram de 1915 a 1930; o *Curso de Ciências Pedagógicas*, que funcionou de 1930 a 1974; e, finalmente, uma pluralidade de formas de formação (ou de ausência de formação...), de 1974 até aos nossos dias. • O presente livro ocupa-se das *Escolas Normais Superiores* e, a título de introdução, do *Curso de Habilitação para o Magistério Secundário*. A sua leitura não será de todo inútil (assim o espero) aos atuais de professores e àqueles que se preparam para exercer tão espinhosa profissão. Em todo o caso, será mais um “modelo” de formação que poderão (e deverão) ter presente e, eventualmente, confrontar com outros “modelos”. • Na elaboração desta obra, servi-me, fundamentalmente, de cinco fontes: o rico espólio existente no Arquivo da Universidade de Coimbra; um espólio, não catalogado, existente no Depósito da Biblioteca Central da Faculdade de Letras de Coimbra; o *Diário do Governo*; o *Anuário da Universidade de Coimbra*, e, finalmente, o *Arquivo Pedagógico — Boletim da Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra*. • Dei especial preferência aos factos, mais especificamente à legislação, ao nome dos professores (incluindo os júris dos exames) e dos alunos e aos títulos dos trabalhos por estes apresentados, sobretudo das Dissertações e dos Relatórios

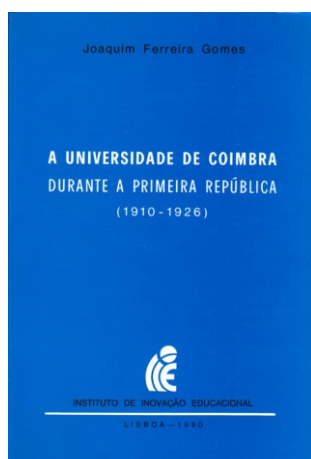
para os exames de Estado. Não esqueci a Biblioteca que, para a época, era bastante rica. • Esta insistência nos “factos” tornou o livro “pesado” e de leitura pouco atraente. Mas foi uma opção consciente, pois, sem factos, não é possível fazer História. Não foi, todavia, minha intenção propriamente fazer História, mas muito simplesmente carrear elementos, dar algumas *achegas*, para que seja possível fazer História, neste caso concreto, para que seja possível escrever mais um capítulo da História da Educação em Portugal. • Insere-se este livro num conjunto de obras que me propus publicar, para assinalar o Sétimo Centenário da Universidade Portuguesa.” (p. 5-6).



Autos e diligências de inquirição: contribuição para a história da Universidade de Coimbra (1989)

Em 1989, publicou *Autos e diligências de inquirição: contribuição para a história da Universidade de Coimbra*. Lisboa: F. C. Gulbenkian. — O Prefácio indica-nos que um tema escandaloso esteve envolto em polémica até à publicação final, mesmo passados 370 anos: “Se é verdade que todos os livros têm a sua história, o que agora se publica, nesse aspecto, dificilmente ficará atrás de qualquer outro. É, efetivamente, longa (e, por vezes, dolorosa) a história deste livro, desde o momento em que, no dia 2 de maio de 1619, começou a ser escrito “nas casas da Universidade” até ao dia de hoje, em que, finalmente, vê a luz do dia em letra de forma. • Poucos dias depois de, em 1624, haverem terminado os “Autos e diligências de inquirição...”, o Códice teria sido levado para o Mosteiro de Santa Cruz, onde teria estado fechado a sete chaves até à extinção das Ordens Religiosas, em meados da terceira década do século XIX, altura em que teria sido levado para a Biblioteca Nacional. Aí o leu Teófilo Braga, nos finais do século passado. Aí, a meu pedido, foi microfilmado, há alguns anos. Para mais fácil leitura, foi o filme, posteriormente, “revelado”. Feita a leitura, escrevi-lhe uma

Introdução que foi dactilografada na primeira metade de julho de 1986. De então até hoje (veja-se a data deste Prefácio...: *11 de Maio de 1989*), passou algum “tempo”, que não foi um tempo *vazio*, mas um tempo cheio de “acontecimentos” muito significativos e verdadeiramente “históricos”. Abstenho-me, por razões de dignidade moral, de contar aqui, neste momento, esses “acontecimentos” que, verdadeiramente, são históricos. • O Manuscrito que agora se publica em letra de forma é indiscutivelmente um documento de valor inestimável para o estudo dos costumes, das mentalidades e das ideias no Portugal do primeiro quartel do século XVII. O facto de ele descrever e descobrir os “muitos e prejudiciais vícios”, de que então enfermaria a Universidade, de modo algum podia ser motivo ou pretexto para deixar que ele acabasse por ser devorado pelos vermes na Biblioteca Nacional (onde, aliás, neste momento, se encontra em estado de boa conservação). • Porque a História não é Apologia e porque um documento nem é *bom* nem é *mau*, mas é simplesmente um documento e porque a História se faz com documentos, publica-se agora este documento. E publica-se no momento em que a Universidade Portuguesa comemora os seus setecentos anos de vida. • As Instituições, como os indivíduos, devem assumir-se tais quais são, com as suas virtudes e os seus vícios, com as suas qualidades e os seus defeitos, com as suas grandezas e as suas pequenezas. Aceitar-se tal como se é é uma atitude de dignidade moral. Contar a História tal como ela se passou é uma atitude de seriedade científica. Moral e ciência devem, neste caso (como, aliás, em outras situações), dar-se as mãos.” (p. 7-8).



A Universidade de Coimbra durante a primeira República (1910-1929): alguns apontamentos (1990)

Em 1990, publicou *A Universidade de Coimbra durante a primeira Repú-*

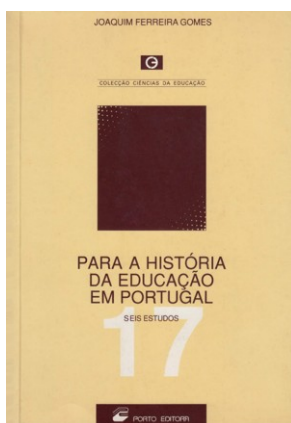
blica (1910-1929): alguns apontamentos. Lisboa: IIE (Instituto de Inovação Educacional). — Dedicatória: “À Cristina Maria e ao António Júlio, com votos de que, com a sua presença, contribuam para aumentar o prestígio da Universidade de Coimbra, que é também a ‘Alma Mater’ de seus Pais.” Do Prefácio: “Está ocorrendo o Sétimo Centenário da Universidade Portuguesa. • Sempre pensei (e já o escrevi) que uma comemoração condigna desse Sétimo Centenário deveria comportar, no mínimo, duas grandes ações: a elaboração de uma nova *História da Universidade* e a realização de um Congresso científico sobre a *História da Universidade*. • Quando, há uns oito anos, fui eleito pela minha Faculdade para integrar uma Comissão nomeada pelo então Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor António de Arruda Ferrer Correia, para, com tempo, planear as comemorações do Sétimo Centenário, ocorreu-me a ideia de, com alguns colegas de várias Universidades, lançar mãos à tarefa de escrever uma História da Universidade Portuguesa, pois sempre tive a consciência bem clara de que um trabalho dessa envergadura não podia ser cabalmente realizado por um investigador isolado. Cheguei a elaborar um esquema da obra e a pensar no nome de alguns colaboradores. Motivos de vária ordem levaram-me, porém, a abandonar essa ideia. • Pensei então em dar o meu contributo às Comemorações, escrevendo alguns livros sobre alguns aspectos menos conhecidos da história da Universidade de Coimbra. Dentro desse projeto, publiquei já, além de alguns artigos, três livros. Este, que agora ofereço ao público, é o quarto. • Embora fruto de longa e meticulosa investigação, o presente livro tem muito de Crónica. Ele constitui, no entanto, sem dúvida alguma, um bom ‘fio condutor’ para quem se propuser aprofundar o tema e escrever a História da Universidade de Coimbra durante a Primeira República. • Porque tenho consciência dos limites deste meu trabalho, dei-lhe o subtítulo de *Alguns Apontamentos*.” (p. 7-8).



Estudos para a história da Universidade de Coimbra (1991)

Em 1991, publicou *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Minerva. — 1. O Sétimo Centenário da Universidade Portuguesa (*Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXII, 1988). • 2. Alguns vícios da Universidade de Coimbra no século XVII, segundo a Devassa de 1619-1624 (*Cultura - História e Filosofia*, vol. VI, 1987, Lisboa). • 3. Domitila de Carvalho: a primeira mulher na Universidade de Coimbra (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXV, 1991). • 4. Regina Quintanilha: a primeira caloureira de Direito (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXV, n.º 2, 1991). • 5. Locais da Alta coimbrã onde residiram as primeiras mulheres que frequentaram a universidade (*Alta de Coimbra: História - Arte - Tradição*, GAAC, Coimbra, 1988) • 6. As origens do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Coimbra (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXIV, 1990). • 7. A propósito da “Tomada da Bastilha”. • 8. Duas Revistas de Pedagogia publicadas na Universidade de Coimbra (*Iº Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Porto, 1989). • 9. O edifício da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XIX, 1985). • 10. Para a história da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XX, 1986). • 11. Que futuro para a Universidade Portuguesa? (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXII, 1988). • 12. Universidade e serviço humano. • 13. É necessário um novo regulamento para a eleição do Reitor da Universidade de Coimbra. — É do princípio do Prefácio deste livro a declaração de amor à Universidade de Coimbra com que se começou a apresentação deste roteiro das obras do Prof. Joaquim Ferreira Gomes. Nesse mesmo Prefácio, continuando, pode ler-se: “Fruto de aturada e apaixonante investigação, publiquei, nos últimos três anos, quatro volumes sobre a sua História: *A Mulher na Universidade de Coimbra* (1987); *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra* (1989); *Autos e Diligências de Inquirição: Contribuição para a História da Universidade de Coimbra no Século XVII* (1989); e *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República* (1990). Ao mesmo tempo, e ao sabor das circunstâncias e das necessidades do momento, publiquei, sobre o mesmo tema, grande número de artigos. • O presente livro é constituído por treze desses artigos. São trabalhos desiguais no seu valor, no seu tamanho e até na intenção com que foram escritos. Se alguns são produto de investigação séria e demorada, outros têm uma característica mais leve e circunstancial. Mas todos dão um contributo, maior ou menor, para a história da prestigiada Academia coimbrã. Por isso, os publico neste pequeno volume, pois, dispersos por várias publicações periódicas, são, naturalmente, de difícil acesso.” (p. 7-8).

Em 1993, publicou o artigo “Sílvia Lima (1904-1993)” no *Jornal de Psicologia*, vol. 11, n.º 1 e 2, Porto.



Para a história da educação em Portugal: seis estudos (1995)

Em 1995, publicou *Para a história da educação em Portugal: seis estudos*. Porto Editora. — 1. A investigação em História da Educação em Portugal. (*História da Educação em Espanha e Portugal: Investigações e Atividades*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.) • 2. O “Ratio Studiorum” da Companhia de Jesus (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXV, 1991, n.º 2). • 3. O “modus parisiensis” como matriz da pedagogia dos jesuítas (*Rev. Portug. de Filosofia*, tomo L, fascs. 1-3, 1994, e *Rev. Portug. de Pedagogia*, vol. XXVIII, n.º 1, 1994). • 4. Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino (*Rev. Portug. de Pedagogia*, vol. XXVI, n.º 1, 1992). • 5. O ensino da Psicologia e da Pedagogia nas Universidades Portuguesas de 1911 a 1973. *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*. (Braga, Universidade do Minho, 1994, e *Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXVIII, n.º 3, 1994). • 6. Três modelos de formação de professores do ensino secundário. (*Rev. Portug. de Pedagogia*, ano XXV, n.º 2, 1991). — Escreve neste Prefácio: “Reúnem-se neste livro seis estudos de História da Educação publicados nos últimos quatro anos. • Escritos ao sabor das solicitações do dia-a-dia, a convite de instituições ou de amigos, para comemorar centenários ou para participar em homenagens a colegas ou ainda para marcar presença em reuniões científicas, estes seis estudos, apesar de incidirem sobre épocas muito distanciadas no tempo, mantêm entre si uma grande unidade temática, facto esse em que reside a principal justificação para serem agora publicados num mesmo volume. • Professada, entre nós, a nível do ensino superior, há quase um século, a *História da Educação* conheceu, nas últimas décadas, um incremento muito significativo, incremento que se deve sobretudo ao facto de o número de instituições de ensino superior onde é explicitamente professada ter sido grandemente multiplicado e ao facto de os historiadores de profissão haverem tomado uma consciência mais aguda de que aquilo que constitui o objeto da História da Educação (as instituições educativas,

os métodos e as técnicas educativas e as ideias e os ideais educativos) é de importância primordial para a compreensão do passado histórico. • Se é certo que, como escreveu Émile Durkheim, os sistemas educativos se formaram e desenvolveram historicamente em íntima correlação com a religião, com a organização política, com o grau de desenvolvimento das ciências, com o estado da indústria, etc., e, desligados dessas causas históricas, se tornam incompreensíveis, não é menos certo que a história de uma sociedade ou de um país (e o mesmo se diga da história de um indivíduo) não pode ser escrita e compreendida sem se ter em conta as instituições em que foram formadas a infância e a juventude dessa sociedade ou desse país, os métodos que lhes foram aplicados no processo de educação-ensino-aprendizagem e os ideais que lhes foram propostos (ou impostos). Daí a importância e até mesmo a necessidade da História da Educação, quer esta constitua, para facilidade metodológica de exposição e de aprendizagem, uma disciplina autónoma, quer aquilo que constitui o seu objeto esteja incluído (como sempre deve estar) na História Geral.”

Em 1996, publicou “O ensino da Pedagogia e da Psicologia nas Escolas Normais Primárias (1862-1974)” (*Rev. Port. de Pedagogia*, ano XXX, 2).

Ainda em 1996 publicou “O ensino em Portugal do século XVI ao século XX”. António Nóvoa e outros (Eds.) *Para a História da Educação Colonial. Hacia la Historia de la Educación Colonial*. Lisboa e Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Em 1997, publicou “O ensino da Psicologia em Portugal”. *1º Congresso Luso-Espanhol de Psicologia da Educação*, Coimbra.

A partir de 18-03-1997, o anfiteatro da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, passou a chamar-se mercidamente *Anfiteatro do Professor Joaquim Ferreira Gomes*.

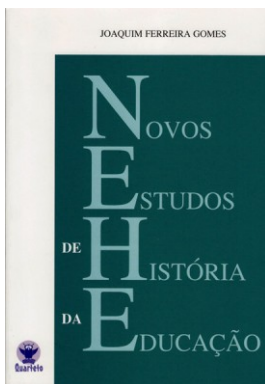
*
* *

A vida de um homem ou de uma mulher é sempre original, no *seu* tempo, nas *suas* circunstâncias, no sentido que cada um lhe dá ou não dá; por isso, há vidas que passam apagadas e outras que irradiam claridade. Os primeiros 70 anos da vida do Prof. Joaquim Ferreira Gomes brilham intensamente na profundidade do sentido da existência que tem vivido e da forma como no-la tem comunicado através das suas obras. A leitura dos seus escritos revela a sua participação plena na condição humana, frágil, como a de todos, mas, ao mesmo tempo, sublime, como só alguns conse-

quem, nos amores por que se apaixonam na vida. Como sempre acontece a quem está receptivo aos sinais dos tempos, os ideais em que acredita(va) só lentamente se vão tornando realidade. O Prof. Joaquim Ferreira Gomes viveu o ser e viveu intensamente o ser-em-transformação, o ser e o dever, percorreu a filosofia e a história, mas cada vez mais acentuadamente a história, a história do ser-em-transformação, que virá a desenvolver-se na História da Educação, como a dupla transformação-criação do ser humano individual e transformação-evolução dos seres humanos na História Global.

Joaquim Ferreira Gomes (1928-2002)

Em novembro de 2001, publicou *Novos estudos de História da Educação*: – I. A “Pampaedia”, no contexto da “*Rerum Humanarum Emendatione Consultatio Catholica*”, de Comênio. – II. Professores de Gramática Latina e Mestres de ler, escrever e contar da comarca de Coimbra, pagos pelo subsídio literário, no último quartel do século XVIII. – III. O ensino da Pedagogia e da Psicologia nas escolas normais primárias (1862-1974). – IV. O ensino da Psicologia em Portugal. – V. O Padre António de Oliveira (1867-1923) e a criação dos tribunais de Menores em Portugal. – VI. A “Constituição Universitária” de 1911 e “Estatuto Universitário” de 1918. – VII. A formação pedagógica dos professores do ensino liceal durante a Primeira República. – VIII. A quem compete a missão de educar segundo a Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI (1929). – IX. Energia e democracia. – X. A minha escola primária.



No Prefácio podemos ler o eco da sua vida (18 de outubro de 1928 – 27 de janeiro de 2002):

«... Foi com autêntica paixão que me dediquei ao estudo da História da Educação. Foi com paixão que... (...) Dei a este livro o título de *Novos estudos de História da Educação*. ‘Novos’ porque vêm na sequência de muitos outros. Novos e talvez também os últimos... Com efeito, é com alguma nostalgia que vou tomando consciência de que este meu livro será, porventura, o ‘cólifon operum meorum’.

Chão do Bispo – Coimbra, novembro de 2001 – Joaquim Ferreira Gomes»